

Ronaldo Bordin
Guilherme Dornelas Camara
(Organizadores)

GESTÃO EM SAÚDE NO RIO GRANDE DO SUL

CASOS, ANÁLISES E PRÁTICAS

(VOLUME 4)

Editora Evangraf
Porto Alegre, 2022

© 2022, dos autores

Produção Gráfica e Impressão: Editora Evangraf

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EM SAÚDE

Atividade conjunta da Escola de Administração e da Faculdade de Medicina/ UFRGS.

Coordenador: Ronaldo Bordin

Corpo docente: Claunara Schilling Mendonça, Fernando Dias Lopes, Guilherme Dornelas Camara, Maria Ceci Araújo Misoczky, Paul Douglas Fisher, Paulo Antônio Barros Oliveira, Paulo Ricardo Zilio Abdala, Mellina da Silva Terres, Rafael Kunter Flores, Ricardo de Souza Kuchenbecker, Roger dos Santos Rosa, Ronaldo Bordin e Takeyoshi Imasato.

Tutores de orientação a distância: Bruna Hentges, Bruno Silva Kauss (coordenador), Bruna Campos De Cesaro, Camila Guaranha, Liara Saldanha Brites e Pamela Ferreira Todendi.

Secretaria do curso: Fernanda Bordignon Soares.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G393 Gestão em saúde no Rio Grande do Sul : casos, análises e práticas (volume 4) / Ronaldo Bordin, Guilherme Dornelas Camara (organizadores). – Porto Alegre : Evangraf, 2022.
200 p. : il.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5699-165-8

1. Gestão em Saúde - Rio Grande do Sul. 2. Atenção primária em saúde. 3. Telemedicina. 4. Tecnologia. 5. Epidemiologia - Serviços de saúde. 6. Violência. 7. Saúde pública. 8. COVID-19. I. Bordin, Ronaldo. II. Camara, Guilherme Dornelas.

CDU 614:658(816.5)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 8/10213)

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DE TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE GESTÃO EM SAÚDE OU GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NA BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD) NO PERÍODO DE 2017 A 2021

GABRIELA FERNANDA CÉ LUFT
RONALDO BORDIN

INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, vivencia-se um crescimento acelerado de pesquisas e produções acadêmicas, o que acarreta benefícios para a comunicação científica nas diversas áreas do conhecimento, especialmente na área da saúde. Contudo, o uso da produção científica para a geração de políticas públicas ainda é incipiente no Brasil, o que configura um grande desafio às instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico.

A comunicação da ciência é parte do dia a dia dos cientistas, que dialogam constantemente com os seus pares, seja por meio de artigos científicos e capítulos de livros, seja por discussões públicas, como palestras e, mais recentemente, webconferências e *lives*, aumentando a percepção do valor da ciência e da importância das informações que ela produz. Jacob Bronowski explica que

[...] a ciência não é uma atividade dissociada, independente e vazia de valores, que pode ser levada a efeito separadamente do resto da vida humana, porque [...] ela é [...] a expressão, numa forma muito precisa, do comportamento humano específico da espécie, que se centra na produção de planos. [...] Não há distinção entre estratégias científicas e estratégias humanas para orientar o nosso ataque a longo prazo sobre como viver e como olhar para o mundo. A ciência é uma visão do mundo baseada na noção de que podemos planejar através do entendimento. (BRONOWSKI, 1986, p. 26-27).

Em uma perspectiva que se assemelha ao pensamento de Bronowski, Edgar Morin é claro ao dizer que

[...] a ciência moderna só pôde emergir na efervescência cultural da Renascença, na efervescência econômica, política e social do Ocidente europeu dos séculos 16 e 17. Desde então, ela se associou progressivamente à técnica, tornando-se tecnociência, e progressivamente se introduziu no coração das universidades, das sociedades, das empresas, dos Estados, transformando-os e se deixando transformar, por sua vez, pelo que transformava. (MORIN, 2005, p. 9).

O cenário atual denota que as áreas da saúde, em expansão, necessitam, cada vez mais, de uma articulação com as demais áreas do conhecimento, de modo a formar uma espécie de rede de informação e comunicação em saúde. Além disso, tendo em vista que as áreas biomédicas e da saúde são grandes produtoras, consumidoras e disseminadoras de informação técnico-científica e atuam na vanguarda de serviços de informação, de criação e manutenção de periódicos científicos e bases de dados e repositórios, torna-se importante verificar o protagonismo da gestão em saúde, especialmente do SUS, nas pesquisas e produções científicas.

Tal contexto, por sua vez, está relacionado a questões de produtividade acadêmica, uma vez que os pesquisadores, paulatinamente, têm reconhecido a importância de publicizar o resultado de suas pesquisas, de modo a aumentar sua visibilidade e reconhecimento entre os pares acadêmicos. Nesse cenário, Bufrem (2009) defende que a produção científica, seja qual for o seu grau de desenvolvimento ou a sua formalização metodológica, sempre pressupõe formas de consciência, pelas quais os pesquisadores dão sentido e significado às suas práticas.

A comunicação científica assume papel de destaque no desenvolvimento científico e tecnológico. A divulgação da produção intelectual desenvolvida por universidades, institutos de pesquisa e outras instituições cumpre papel fundamental à função social tanto da pesquisa, quanto dos pesquisadores. Nas palavras de Bachelard, “o homem, movido pelo espírito científico, deseja saber, mas para, imediatamente, melhor questionar” (1996, p. 21). Em uma perspectiva bachelardiana, os pesquisadores precisam ter um espírito inquieto e desconfiado, bem como buscar, por meio de questionamentos, encontrar novos dados, com evidências mais robustas que embasem suas decisões.

É necessário refletir, além disso, sobre a relação que existe entre o processo comunicacional da ciência e os estudos métricos. Com o advento das tecnologias da informação e comunicação (TICs), cientistas e pesquisadores passaram a produzir um número cada vez mais significativo de documentos. Tal explosão informacional requer o uso de metodologias para mensurar o que está sendo produzido em determinada área do conhecimento humano. O que se pretende deixar claro, segundo Mugnaini, Carvalho e Campanatti-Ostiz, é que, “para se entender a evolução da ciência como forma de expressão do conhecimento humano produzido, são utilizadas técnicas de medição” (2006, p. 316). Oliveira e Grácio, por sua vez, são enfáticos em afirmar que os estudos métricos “compreendem o conjunto de estudos relacionados à avaliação da informação produzida, mais especialmente a científica, em diferentes suportes, baseados em recursos quantitativos como ferramentas de análise” (2011, p. 19).

Muitas áreas do conhecimento fazem uso de tais técnicas para mostrar à sociedade o desempenho de um processo, ação ou estratégia específica em termos de produção e produtividade no ambiente acadêmico das IES. Além de serem espaços de ensino, pesquisa, extensão e inovação, as universidades são espaços plurais de crítica e reflexão. Nesse contexto, pesquisadores, docentes e discentes recebem interferências advindas do ambiente interno e externo. Severino expõe que a universidade é responsável pela produção do conhecimento, que “[...] se produz, se reproduz, se conserva, se sistematiza, se organiza, se transforma e, sobretudo, se universaliza, disseminando seus resultados no seio da sociedade” (2007, p. 23).

A área da saúde, nos dias atuais, tem passado por inúmeras transformações, ocasionadas, especialmente, pelas mudanças científicas e tecnológicas aplicadas aos processos de saúde no Brasil e no mundo. Foram incorporadas aos processos de gestão as tecnologias da informação e comunicação, como a robótica médica, a internet das coisas, a telemedicina, os telediagnósticos e os prontuários eletrônicos, entre outros. Torna-se necessária, assim, uma urgente atualização dos profissionais que atuam em tais áreas. A gestão em saúde assume papel preponderante para o estabelecimento de decisões, estratégias, planos, processos e resultados em saúde. Gestores de instituições de saúde, por sua vez, precisam rediscutir modelos

de negócios, buscar soluções integradas, ganhar eficiência operacional e melhorar a prestação de produtos e serviços.

Há um número considerável de subsídios bibliográficos que fundamentam as abordagens bibliométricas utilizadas em artigos na área da saúde, relacionados à medicina, à enfermagem, à saúde pública e coletiva, à nutrição, à odontologia, à fisioterapia, entre outras especialidades, o que evidencia a importância de temáticas sobre métodos que avaliem a produção científica na área. Em diferentes periódicos nacionais e internacionais, as pesquisas que utilizam as métricas como método de diagnóstico situacional da produção científica de determinada área cresceram substancialmente na última década.

São inúmeros os artigos científicos que correlacionam métodos de mensuração e análise de indicadores. Estudos de cunho bibliométrico configuraram-se, nesse sentido, como importantes mecanismos para a verificação das tendências de pesquisa e inovação em determinada área, neste caso, a Saúde Coletiva. Cabe ressaltar que bases de dados como a Web of Science e Scopus fornecem indicadores de identificação dos principais autores, instituições, periódicos e áreas que mais publicam a respeito de um determinado tema. São exemplares os estudos de Lins *et al.* (2015), Petermann e Kocourek (2020), Albagli (2015), Ravelli (2009), Pontes *et al.* (2017), Witwytzkj e Tavares (2017), entre outras.

Tais publicações são exemplos que reiteram a importância das métricas não apenas como números fixos, mas como dispositivos para a melhoria da qualidade da saúde em diferentes cenários, que apontam para desafios relacionados a cuidados com o ser humano. Mesmo que, na maioria dos casos, apresentem apenas dados quantitativos, os estudos métricos mostram-se como imprescindíveis para a reformulação das grades curriculares de cursos, por exemplo. Conforme Vieira e Sanna (2013), além de analisar o “quanto” se produz, os estudos bibliométricos podem ser utilizados para investigar “o que” se produz, ou seja, agem como bússolas temáticas para os pesquisadores. Além disso, estudos desse tipo são fundamentais para otimizar os processos editoriais dos periódicos, uma vez que analisam os padrões de citações, as áreas emergentes, a procedência dos autores e as redes de coautorias estabelecidas.

O objetivo geral deste estudo é quantificar a produção científica brasileira sobre gestão em saúde ou gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), no período de 2017 a meados de 2021, por meio de uma análise bibliométrica. A coleta de dados foi realizada entre os dias 12 de junho e 06 de agosto de 2021, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). A BDTD integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil e estimula seu registro e publicação em meio eletrônico.

Os procedimentos metodológicos adotados para a coleta de dados e análise foram divididos nas seguintes etapas: (a) 1ª etapa: definição dos termos de pesquisa e da estratégia de busca geral, gestão em saúde OR gestão do SUS, o que recuperou 2.029 documentos; (b) 2ª etapa: aplicação do filtro de refinamento “ano de defesa” das teses e dissertações, englobando o período de 2017 a 2021, que reduziu o quantitativo inicial de 2.029 documentos para 662.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A gestão em saúde diz respeito à organização, ao planejamento e ao gerenciamento de serviços e sistemas de saúde, como, por exemplo, a elaboração e a aplicação de políticas de saúde. É um campo de atuação multiprofissional e requer o conhecimento de diferentes áreas, tais como Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Epidemiologia, entre outras (CAMPOS; CAMPOS, 2009).

A Tabela 1 apresenta o quantitativo de publicações brasileiras na BDTD sobre as temáticas “gestão em saúde” ou “gestão do SUS”, no período de 2017 a meados de 2021. Foram recuperados, ao total, 662 documentos.

Tabela 1 – Quantitativo de publicações brasileiras na BDTD sobre a temática gestão em saúde ou gestão do SUS, por ano, no período de 2017 a 2021

Ano	Número de publicações	Percentual
2017	216	32,6%
2018	206	31,1%
2019	160	24,1%
2020	68	10,2%
2021	12	1,8%
Total	662	99,8%

Fonte: A autora (2021).

Observa-se uma tendência de queda de 2017 a 2021. De 2017 a 2019, uma das hipóteses para o declínio pode estar associada ao decréscimo no investimento em ciência nos últimos anos. O executado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações (MCTIC) caiu de quase R\$ 11 bilhões em 2013 para R\$ 7,7 bilhões em 2018. Em 2017, por exemplo, o MCTIC sofreu um corte de 44% do orçamento que estava previsto para o ano (BETIM, 2017), índice que se acentuou nos anos seguintes. No biênio 2020-2021, é possível que o declínio no número de trabalhos esteja vinculado à pandemia de COVID-19, já que houve interrupção de pesquisas em andamento pelo fechamento de IES, laboratórios, locais de estágio, etc.

A Tabela 2 apresenta o quantitativo das principais instituições que mais depositaram teses e dissertações sobre as temáticas foco deste estudo na BDTD no período de 2017 a 2021.

Tabela 2 – Quantitativo de publicações das instituições brasileiras na BDTD sobre a temática gestão em saúde ou gestão do SUS no período de 2017 a 2021

Nome da instituição	Número de trabalhos	Percentual sobre o total (662)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	47	7,1%
Universidade de Brasília (UnB)	47	7,1%
Universidade de Campinas (Unicamp)	47	7,1%
Universidade de São Paulo (USP)	47	7,1%
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFMT)	40	6,0%
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	38	5,7%
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	29	4,4%
Universidade Estadual Paulista (Unesp)	26	3,9%
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	24	3,6%
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	23	3,5%
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	23	3,5%
Total	391	59,0%

Fonte: A autora (2021).

Percebe-se que, durante os quatro anos e meio de análise, as onze instituições que mais produziram dissertações e teses acerca das temáticas “gestão em saúde” ou “gestão do SUS” são todas públicas. As universidades públicas brasileiras respondem pela quase totalidade da produção científica do país. Mantidas pelo Estado, tais instituições têm o interesse público e coletivo como característica principal. As universidades federais, justamente

por sua natureza pública, devem cumprir o disposto tanto na Lei de Arquivos como na Lei de Acesso à Informação, de prover à sociedade o acesso a todo e qualquer resultado gerado em suas dependências. Ocorre que muitos gestores e pesquisadores, antes da existência de repositórios institucionais, pouco se preocupavam com a massa documental acumulada e gerada pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A Tabela 3 apresenta os seis principais assuntos indexados – número máximo apresentado pela BDTD – que mais apareceram nas teses e dissertações depositadas no período de 2017 a meados de 2021. Todos os assuntos permeiam as áreas macro, no caso, gestão em saúde e gestão do SUS. Ressalta-se que um documento pode ser indexado em mais de um assunto.

Tabela 3 – Seis principais assuntos indexados na BDTD sobre gestão em saúde ou gestão do SUS no período de 2017 a 2021

Assunto	Número de ocorrências	Percentual sobre o total (662)
Sistema Único de Saúde	36	5,4%
Atenção primária à saúde	35	5,3%
Enfermagem	31	4,7%
Gestão em saúde	23	3,5%
Saúde pública	19	2,9%
Política de saúde	17	2,5%

Fonte: A autora (2021).

As redes de conhecimento, nas diferentes áreas, vêm rompendo as fronteiras disciplinares e territoriais da ciência, da tecnologia e da inovação. Temáticas como gestão em saúde ou gestão do SUS, por exemplo, podem ser indexadas tanto nas ciências sociais aplicadas (gestão), quanto nas ciências da saúde (áreas da saúde), dependendo do foco principal da pesquisa.

A importância desse tipo de abordagem é corroborada por Fazenda, para quem “[...] à medida em que ampliamos a análise do campo conceitual da interdisciplinaridade, surge a possibilidade de explicitação de seu espectro epistemológico e praxeológico” (2008, p. 18). A atenção, neste caso, volta-se para o entrelaçamento de saberes para a construção de práticas de pesquisa e inovação que beneficiem mais de uma área do conhecimento,

o que permite alavancar a pesquisa e a produtividade da ciência nacional, com reflexos, ainda, na internacionalização científica.

Já em relação ao sexo de autoria dos trabalhos, no recorte temporal desta pesquisa, tem-se que o sexo feminino apresenta resultados significativos quanto à produção intelectual depositada na BDTD sobre as temáticas em estudo (Tabela 4). Conforme Garcia e Duarte (2017), as mulheres são maioria na pós-graduação na área da saúde. Em 2015, elas foram responsáveis por 68% das bolsas de pós-graduação concedidas pelo CNPq na área.

Tabela 4 – Quantitativo de autoria por sexo na BDTD sobre gestão em saúde ou gestão do SUS, por ano, no período de 2017 a 2021

Ano	Sexo feminino	Sexo masculino	Total
2017	162 (75,0%)	54 (25,0%)	216
2018	146 (70,9%)	60 (29,1%)	206
2019	107 (66,9%)	53 (33,1%)	160
2020	49 (72,0%)	19 (28,0%)	68
2021	7 (58,4%)	5 (41,6%)	12
Total	471 (71,1%)	191 (28,9%)	662

Fonte: A autora (2021).

A supremacia feminina talvez também esteja relacionada à própria composição da força de trabalho em saúde. Estimativas do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que as mulheres representam 65% dos mais de seis milhões de profissionais atuantes no setor público de saúde. No caso de carreiras como Fonoaudiologia, Nutrição e Serviço Social, elas ultrapassam 90% dos profissionais; nos casos de Enfermagem e Psicologia, representam mais de 80%. A exceção fica por conta da Medicina, em que as mulheres representam 47,5%, pouco menos da metade da força de trabalho (CONASEMS, 2020).

De acordo com Hernandez *et al.* (2017), estima-se que 69,2% das pessoas trabalhando na administração direta da saúde, a gestão federal do SUS, são mulheres. Quando considerada a base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a força de trabalho feminina corresponde a 78,9% da força de trabalho total na área da saúde (HERNANDES; VIEIRA, 2020).

Se a autoria é predominantemente feminina, quando se analisa quantitativamente o sexo dos orientadores, a predominância também é feminina – porém, com menos intensidade, como se pode depreender a partir da Tabela 5.

Tabela 5 – Quantitativo de orientações por sexo na BDTD sobre gestão em saúde ou gestão do SUS, por ano, no período de 2017 a 2021

Ano	Feminino	Masculino	Total
2017	122 (56,5%)	94 (43,5%)	216
2018	110 (53,4%)	96 (46,6%)	206
2019	82 (51,3%)	78 (48,7%)	160
2020	50 (73,5%)	18 (26,5%)	68
2021	8 (66,7%)	4 (33,3%)	12
Total	372 (56,2%)	290 (43,8%)	662

Fonte: A autora (2021).

Os números vão ao encontro dos dados apresentados pela *Revista Pesquisa Fapesp*, publicados em 2017, referentes à participação feminina em projetos submetidos a agências de fomento e à distribuição de bolsas – concedidas, no caso, o(a) orientador(a) da pesquisa. Na área de ciências da saúde, a maioria já é feminina (SUGIMOTO, 2018).

CONCLUSÃO

No período de 2017 a 06 de agosto de meados de 2021, foram 662 as teses e dissertações depositadas na BDTD sobre os temas gestão em saúde ou gestão do SUS.

Os indicadores bibliométricos relacionados às universidades ou institutos de pesquisa às quais as dissertações e teses estão vinculadas revelam o protagonismo das instituições públicas. Considerando-se as dissertações e teses integrantes do BDTD sobre gestão em saúde ou gestão do SUS, as análises quantitativas realizadas permitiram o levantamento dos principais assuntos indexados, a saber: SUS, atenção primária à saúde, enfermagem, gestão em saúde, saúde pública e política de saúde. Quanto à verificação quantitativa da produtividade de pesquisadores por sexo de autoria e orientação, em ambos os casos – especialmente quando nos referimos à autoria dos trabalhos -, há predominância do sexo feminino.

Indicadores bibliométricos, para além de mensurarem tendências e darem visibilidade a pesquisas, alavancam a ciência, a tecnologia e a inovação no país, permitindo, também, que universidades e institutos de pesquisa acompanhem e verifiquem o cumprimento de seus objetivos institucionais.

Mesmo com a redução drástica em seu orçamento ao longo dos últimos anos, a pesquisa e a ciência no Brasil configuram-se, cada vez mais, como fundamentais para o avanço da educação no país. Contudo, no Brasil, conforme Noronha *et al.* (2009), “a ciência é mais valorizada no interior das instituições de pesquisa do que no âmbito do governo”. Nesse sentido, como forma de validação da produção intelectual gerada, repositórios institucionais de dados atuam como importantes mecanismos para a disseminação de novos conhecimentos à comunidade científica e as abordagens métricas como estratégias fundamentais para a mensuração de índices de pesquisa e produtividade.

Para trabalhos futuros, é possível a prospecção de estudos que envolvam a gestão em saúde ou a gestão do SUS a partir do uso de softwares de análise de conteúdo ou de análise textual discursiva, como o Atlas TI ou Iramuteq, com o objetivo de se investigar, sob um viés qualitativo, as tendências e lacunas da pesquisa brasileira acerca do foco temático do estudo. O procedimento permitiria a verificação das bases epistemológicas e das características da produção intelectual nacional, com o intuito de alavancar políticas públicas capazes de beneficiar a saúde de forma geral.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. Ciência aberta em questão. In: ALBAGALI, S.; MACIEL, M. L.; ABDO, A. H. (Orgs). Ciência aberta, questões abertas. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro, UNIRIO, 2015. p. 9-25.

BACHELARD, G. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BETIM, F. Corte de quase metade das verbas em ciência compromete pesquisas de zika até câncer. *El País*, São Paulo, 30 nov. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/27/ciencia/1511806311_065202.html.

BRONOWSKI, Jacob. Interpretações da natureza. In: *Magia, ciência e civilização*. Lisboa: Edições 70, 1986. p. 9-28.

BUFREM, L. S. Opções metodológicas em pesquisa: a contribuição da área da Ciência da Informação para a produção de saberes no ensino superior. Proposta de pesquisa para a obtenção da Bolsa de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Brasília: CNPq, 2009.

CAMPOS, G. W. de S.; CAMPOS, R. T. O. Gestão em Saúde. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (Org.). Dicionário de Educação Profissional em Saúde. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/gessau.html>.

CONASEMS. Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. Protagonismo feminino na saúde: mulheres são a maioria nos serviços e na gestão do SUS. 2020. Disponível em: <https://www.conasems.org.br/o-protagonismo-feminino-na-saude-mulheres-sao-a-maioria-nos-servicos-e-na-gestao-do-sus/>.

FAZENDA, I. O que é interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2008.

GARCIA, L. P.; DUARTE, E. Equidade de sexo e gênero na pesquisa e na publicação científica. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, v. 26, n. 3, p. 431-432, set. 2017.

HERNANDES, E. *et al.* Perfil socioeconômico e epidemiológico dos trabalhadores do Ministério da Saúde do Brasil. In: Comun. ciênc. Saúde; v. 28, n. 304, p. 303-312, jul. 2017. Disponível em <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-972678>.

HERNANDES, E. S. C.; VIEIRA, Luciana. A guerra tem rosto de mulher: trabalhadoras da saúde no enfrentamento à Covid-19. 2020. Disponível em: <http://anesp.org.br/todas-as-noticias/2020/4/16/a-guerra-tem-rosto-de-mulher-trabalhadoras-da-sade-no-enfrentamento-covid-19>. Acesso em: 11 ago. 2021.

LINS, R. A. *et al.* Estudos métricos em saúde coletiva: um olhar sobre a produção científica brasileira indexada nas bases de dados internacionais. Physis: Revista Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 975-992, 2015.

MORIN, E. Ciência com Consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MUGNAINI, R.; CARVALHO, T.; CAMPANATTI-OSTIZ, H. Indicadores de produção científica: uma discussão conceitual. In: POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da. Comunicação & produção científica: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006. p. 313-340.

NORONHA, J. *et al.* Análise do sistema de pesquisa em saúde do Brasil: o ambiente de pesquisa. Saúde soc., São Paulo, v. 18, n. 3, p. 424-436, set. 2009.

OLIVEIRA, E. F. T.; GRÁCIO, M. C. C. Perspectivas em Ciência da Informação, Minas Gerais, v.16, n. 4, p. 16-28, out./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v16n4/v16n4a03.pdf>.

PETERMANN, X. B.; KOCOUREK, S. Análise da produção científica sobre a Política Nacional de Promoção da Saúde no Brasil: um estudo bibliométrico na Biblioteca Virtual em Saúde. Santa Maria, Revista Saúde, v. 46, n. 1, p. 1-12, 2020.

PONTES, K. T. *et al.* Estudo bibliométrico da produção científica em endodontia. Archives of Health Investigation, v. 6, n. 9, 3 out. 2017.

RAVELLI, A. P. X. *et al.* A produção do conhecimento em enfermagem e envelhecimento: estudo bibliométrico. Florianópolis, Texto Contexto Enferm., v. 18, n. 3, p. 506-512, jul./set. 2009.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SUGIMOTO, L. Mulheres no ensino superior ainda são minoria apenas na docência. *Jornal da Unicamp*, 11 abr. 2018. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/noticias/2018/04/11/mulheres-no-ensino-superior-ainda-sao-minoria-apenas-na-docencia>.

VIEIRA, R. Q.; SANNA, M. C. O uso do estudo bibliométrico pelos pesquisadores da saúde em periódicos científicos digitais brasileiros. XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. Florianópolis (SC), jul. 2013. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1547>.

WITWYTZYK, L. P.; TAVARES, R. S. C. R. Fonoaudiologia e saúde pública: análise bibliométrica. *Revista Distúrbios da Comunicação*, v. 29, p. 227-236, 2017.